

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA

**A LEI 10639/03 E A EDUCAÇÃO: O BRASIL SE FAZ POR CAMINHOS  
AFRICANOS**

Belo Horizonte  
2012

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA

**A LEI 10639/03 E A EDUCAÇÃO: O BRASIL SE FAZ POR CAMINHOS  
AFRICANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Juventude, Escola e Cultura, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Belo Horizonte

2012

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA

**A LEI 10639/03 E A EDUCAÇÃO: O BRASIL SE FAZ POR CAMINHOS  
AFRICANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Juventude, Escola e Cultura, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Aprovado em 28 de setembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira – Faculdade de Educação da UFMG

---

Carla Valéria Vieira Linhares Maia – Faculdade de Educação da UFMG

## Resumo

As discussões sobre as relações étnicas e raciais no Brasil vêm conduzindo à criação de ações afirmativas em favor da igualdade e contra qualquer forma de discriminação. No que diz respeito ao preconceito contra o negro, a Lei 10639/03 propõe a inclusão da História da África e da cultura Afro-brasileira nos currículos escolares a fim de que através do conhecimento e valorização da cultura africana, se possa reconhecer a importância do negro para a história do Brasil e, assim, dedicar-lhe o espaço que lhe é de direito na sociedade contemporânea. Compreendendo a importância da educação escolar para a formação do sujeito este estudo propõe uma análise investigativa das atividades propostas por um Grupo de Referência da Secretaria Municipal de Congonhas/MG a cerca dessa temática. A partir dos resultados pode-se inferir a necessidade de estudos direcionados a um aprofundamento teórico e metodológico do assunto.

**Palavras: chave: História; Afro- brasileira; lei 10639/03; escola.**

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>2.</b>	<b>O BRASIL SE FEZ POR CAMINHOS AFRICANOS</b>	<b>08</b>
<b>3.</b>	<b>A LEI 10639/03: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS NEGROS</b>	<b>10</b>
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>12</b>
	<b>4.1 GRIER, resgatando a cultura africana no município de Congonhas</b>	<b>12</b>
	<b>4.1.2 Objetivos do GRIER</b>	<b>13</b>
	<b>4.2 Oficinas de Cultura Afro</b>	<b>13</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>20</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>21</b>
<b>7.</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>22</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Mais de quinhentos anos de história e séculos após a abolição da escravidão, o Brasil ainda não conseguiu vir a termos com um povo que, comprovadamente, deu o seu sangue para construção de uma nova nação: os negros. Formado por índios, brancos e negros considerados um país mestiço e rico por sua diversidade cultural o Brasil continua se iludindo, através do mito da democracia racial, de que todos os seus indivíduos, independentemente da cor de sua pele, possuem as mesmas oportunidades e os mesmos direitos assegurados.

É fato que desde a Constituição Imperial de 1824 à Republicana de 1988, a lei prevê a igualdade de direitos, sem qualquer forma de distinção. No entanto, o Império Escravocrata não reconhecia o negro como um cidadão e, por isso, este não possuía direito algum, apenas deveres/obrigações a seus senhores. As Constituições posteriores, em tempos abolicionistas e de consolidação da República e do Estado de Direito, passam a reconhecer o direito aos negros, muito embora somente em 1988, a lei magna do país apregoe a promoção do bem de todos e a igualdade sem preconceitos de origem. A partir deste momento, são fortalecidas por intermédio de amparo legal as ações de movimento de luta contra as desigualdades raciais, como o Movimento Negro por exemplo. (JÚNIOR, 2003)

Atualmente, as discussões acerca das relações raciais ecoam em diferentes segmentos políticos e sociais, em diferentes esferas e representações formais e informais. Ainda, assim, o preconceito e a discriminação racial são explícitos em casos que variam de intolerância a agressões físicas e morais.

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo no dia-a-dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita. (NUNES, 2006, p.94)

Enquanto os Poderes Públicos adotam medidas cada vez mais rígidas de combate e inibição a ações desse caráter, como a mudança legislativa que prevê o racismo como crime inafiançável, uma significativa parte população negra do país vive o drama de estar sempre em situação de insegurança e desamparo, se não legal, mas moral. Em uma sub-condição de vida que parece estender-se de geração

a geração, como se as senzalas houvessem sido transferidas para os morros das favelas sob o comando de um novo feitor: o racismo.

Como superar a discriminação racial? Qual a forma de conscientizar as pessoas de que o valor do ser humano não se encontra em sua origem étnica ou na cor de sua pele? Como demonstrar a jovens e crianças que há beleza além dos estereótipos europeus? Esses questionamentos que perpassam séculos de lutas inglórias parecem ainda não terem encontrado seu fim. No entanto, uma iniciativa do governo federal, a Lei 10639/03, que determina a obrigatoriedade da inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no currículo das escolas públicas e particulares da Educação Básica, apresenta-se aos sistemas escolares como uma pretensa ferramenta de qualidade na busca pela valorização e reconhecimento da importância do negro na construção da História do Brasil.

A escola constitui a instituição formal de ensino de maior relevância para a formação do indivíduo, seja em termos sociais, culturais ou profissionais. Atualmente, a proposta de universalização do ensino bem como a obrigatoriedade do ensino a crianças e adolescente promoveu as escolas como mediadoras de aprendizagem de excelência. Pois bem, integrar a Cultura Afro- Brasileira aos currículos escolares consiste em disseminar essa cultura em grande escala e em níveis nacionais, assegurando a participação do negro na sociedade com propriedade. Assegurar a valorização da cultura africana nos sistemas escolares pode ser um passo definitivo em favor da igualdade racial.

Desta forma, este estudo propõe uma análise investigativa da efetivação dessa Política Pública Educacional nas escolas da Rede Municipal de Congonhas/MG. Através de um estudo de caso serão avaliadas as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo GRIER – GRUPO DE REFERÊNCIA IGUALDADE, ÉTNICORRACIAL, a fim de verificar a importância da efetivação da Lei 10639/03 para a valorização da Cultura Negra no país e na luta contra o preconceito racial.

## 2. O BRASIL SE FEZ POR CAMINHOS AFRICANOS

A história do Brasil, apresentadas nos currículos escolares, ao longo da história da própria educação brasileira apresentou a escravidão do negro sob diferentes aspectos. Durante anos os livros didáticos apresentaram os negros como sendo passivos ao jugo da escravidão, a qual se submetiam sem muita luta. Tempos depois, a realidade da escravidão se fez presente, em sua forma real, nos conteúdos escolares, sendo retratadas as verdadeiras batalhas travadas pelos africanos contra a escravidão; as atrocidades cometidas pelos feitores; as fugas e formações de quilombos até a configuração de Zumbi como figura representativa de um ideal libertário.

O Estado apropria-se da História, controla e manipula o entendimento do processo histórico, confunde a noção de temporalidade e impinge o esquecimento. Garante, assim, a continuidade do mesmo sistema sob nova e atual roupagem: sem escravos e, logo depois, sem rei. Para dominar, há que se tornar senhor da memória e do esquecimento. (COSTA, 1996 apud NUNES, 2006, p.91)

Estas e outras contradições na forma como se convencionou a história do negro africano no Brasil são fatores contribuintes para um processo de desvalorização e, até mesmo, de negação da cultura afro-brasileira em um contexto sociocultural.

A verdade é que a história do Brasil, a construção de seus significados culturais, está arraigada a valores e representações da cultura africana. No entanto, a condição de escravo remete o negro como figura dominada, sem valor e inferior ao branco e ao próprio índio, culturalmente reconhecido como “o dono da terra”. De forma que

as bases nas quais se fundaram o racismo no Brasil podem ser buscadas no nosso passado colonial, em que a escravidão era a relação social dominante. (...) Ser escravo era pertencer de corpo e alma a um senhor, que por ele havia pago um preço como qualquer outra mercadoria. Era submeter-se à vontade e ao domínio do senhor. (REIS,)

Essa visão do negro como propriedade e ser inferior é agravada pelo fato de o Brasil ter sido o último país a abolir a escravidão, e que esse processo foi lento e gradativo decorrente de pressões econômicas. Em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós foi proibido o tráfico de escravos negros no país, mas a escravidão continuou. Houve ainda a Lei dos Sexagenários e a Lei do Ventre Livre que tentaram adiar o inevitável, a Lei Áurea.

Quando por fim o Brasil cedeu às pressões que impulsionaram a abolição, não havia no país uma estrutura para receber os negros livres, de modo que muitos permaneceram com os mesmos senhores em um sistema de pseudo - liberdade.

Porém, os grilhões das senzalas e a crueldade dos senhores não impediam o negro africano de manifestar sua cultura ou religião em terras brasileiras. A capoeira, as danças, o candomblé são reflexos da África no Brasil, presente ainda nas belas construções históricas do país como Igrejas consideradas patrimônios, construídas por mãos negras.

Em todos os momentos da História do Brasil pode-se perceber um cruzamento com a história da África trazida pelos negros a essa terra. Negar a cultura africana é abrir mão de uma das mais ricas contribuições culturais que compõem a identidade do Brasil como nação.

O Brasil precisa aprender a conhecer sua face africana; reconhecer as nuances da África em suas músicas, suas danças, em fim, em seu modo de ser e viver. A cultura afro-brasileira deve ser reconhecida e valorizada além de uma tendência contemporânea que pode ser substituída na próxima estação, por um novo modelo.

Somente a compreensão de que a África faz parte do Brasil, do mesmo modo e com a mesma intensidade em que o Brasil faz parte da África tornará possível a valorização destas culturas que se complementam e enriquecem seus povos.

### 3. A LEI 10639/03: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS NEGROS

A desigualdade racial manifesta-se no Brasil de diferentes formas. Questões mais diretas como o racismo explícito, conforme citado anteriormente, são previstas por lei e passíveis de condenação. No entanto, o que fazer quando a discriminação assume proporções sociais e econômicas? Ou quando estas afetam o direito à educação e à cultura em níveis mais elevados de sua formação? Nesse sentido, compete ao Estado a iniciativa de programar Políticas Públicas que intervenham nesse sentido e busque soluções imediatas ou em curto prazo para a reversão do quadro.

Essas iniciativas, também chamadas de ações afirmativas são

“um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado” (Gomes, 2001 apud DOMINGUES, 2005, p.166).

Dentre as ações afirmativas no Brasil, podemos destacar algumas leis criadas nesse sentido, conforme o quadro 1:

<b>Leis Brasileiras baseadas no princípio das Ações Afirmativas</b>
O art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 estabelece que: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.
A lei nº 8.112/90 prescreve no art. 5º, § 2º, cotas de até 20% para os portadores de deficiências no serviço público civil da União.
A lei nº 8.213/91 fixou, em seu art. 93, cotas para os portadores de deficiência no setor privado.
A lei nº 8.666/93 preceitua, no art. 24, inc. XX, a inexigibilidade de licitação para contratação
De associações filantrópicas de portadores de deficiência.
A lei nº 9.504/97 preconiza, em seu art. 10, §2º, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias.

Quadro 1: Leis Brasileiras baseadas no princípio das Ações Afirmativas  
Fonte: DOMINGUES, 2006.

No que diz respeito aos negros uma das ações afirmativas mais recentes e também polêmicas foi o sistema de cotas, cujos critérios de aprovação ainda são amplamente questionados.

A lei 10639/03 também pode ser considerada como uma ação afirmativa em relação aos negros no Brasil. Ao incluir o estudo da História da África e dos africanos nos currículos escolares, a lei possibilita o resgate da própria identidade do negro e da reconstrução de seu valor histórico e social.

Historicamente o continente é visto invariavelmente como o fornecedor de escravos. Hoje em dia urge suprir as muitas falhas referentes ao ensino da dinâmica Histórica da África e de diferentes abordagens da cultura negro africana além das relações daquele continente com as Américas e não só com o Brasil (PANTOJA, 2004 apud OLIVA, 2009, p.160).

Apesar de quase uma década de sua criação, poucas são as iniciativas dos sistemas escolares em estabelecer estratégias de ensino nesse sentido. Preocupa ainda, a falta de informação dos próprios professores de histórias a esse respeito. A responsabilidade pela elaboração de projetos e metodologias é da escola e seus respectivos sistemas de ensino, que possuem autonomia para consolidar as propostas mais adequadas ao seu alunado.

## **4. METODOLOGIA**

O objeto de estudo deste trabalho foi o trabalho realizado pelo GRUPO DE REFERÊNCIA IGUALDADE, ÉTNICORRACIAL – GRIER- da Secretaria Municipal de Educação do Município de Congonhas/MG em uma escola de Ensino Fundamental.

Os sujeitos do estudo foram 34 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Rosália Andrade da Glória. O estudo ocorreu entre os meses de março e abril de 2012.

### **4.1 GRIER, resgatando a cultura africana no município de Congonhas**

O GRIER foi criado em novembro de 2011, com objetivo de promover a divulgação da Lei 10639/03 e implantar ações de caráter educativo e participativo, de forma intersetorial como uma prática educativa, integrada, contínua e permanente; tendo como princípio norteador a contextualização do ensino e da aprendizagem.

O Grupo disponibiliza profissionais para atuarem como Coordenadores e Referências para garantir a disponibilidade dos servidores da Secretaria de Educação, para os objetivos da Lei, respeitando-se, contudo, a jornada de trabalho do servidor de acordo como o estabelecido para o cargo de professor; garantindo carga horária mensal mínima de 4 horas mensais para formação continuada de Educadores nas Escolas Municipais e dos facilitadores da Secretaria de Educação. O GRIER estimula também a promoção de eventos para formação de profissionais que atuam no grupo, em caráter continuado, além de encontros e ou cursos de formação para estudantes da rede e os conselheiros municipais.

A execução do Programa é desenvolvida mediante plano de trabalho anual das escolas referente às ações que serão desenvolvidas e; planilha para monitoramento das ações.

O Grupo é composto de no mínimo dois profissionais da Secretaria de Educação e um professor referência de cada escola da rede municipal de educação.

#### **4.1.2 Objetivos do GRIER**

- Garantir a formação de profissionais da Educação para promoverem o conhecimento e a aplicação da Lei.
- Divulgar a Lei e informar acerca da temática da Igualdade Étnicorracial;
- Incentivar a participação das comunidades escolares e entorno nas ações afins e;
- Monitorar e diagnosticar as atividades realizadas.
- Promover a divulgação e implantação da Lei;
- Estimular as escolas municipais a elaborarem planos de trabalho;
- Aprovar os planos de trabalho;
- Coordenar, executar, acompanhar e propor regulamentação necessária para implementação da Lei;
- Elaborar, acompanhar e avaliar a formação dos profissionais envolvidos;
- Executar o Programa de forma interdisciplinar, com apoio dos órgãos da Educação;
- Promover a integração dos diferentes segmentos sociais por meio de projetos e pesquisas relacionadas à temática;
- Incentivar a criação de espaços para promover a reflexão, a construção de conhecimento, a socialização de experiências e a integração de educadores e facilitadores do grupo.

#### **4.2 Oficinas de Cultura Afro**

Foi realizada uma oficina pelo GREIR na referida escola, cujo tema foi Valorização da Mulher e cultura afros.

Participaram da oficina 34 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental em idade escolar entre 14 e 17 anos. Segue a descrição das atividades desenvolvidas.

A Oficina foi realizada a partir dos seguintes objetivos:

- Valorização da cultura negra.
- Resgate da autoestima.
- Identificar preconceitos e discriminações em situações do cotidiano.
- Desconstruir estereótipos e preconceitos.
- Aprender a dizer sim a si mesmo, antes de dizer sim ao outro.
- Fortalecimento do papel dos grupos principais.

- Encorajar atitudes positivas frente à diversidade.
- Refletir criticamente sobre as causas e consequências das discriminações.
- Questionar a transformação de diferenças em desigualdades.

No desenvolvimento das atividades foi desenvolvida uma dinâmica inicial “Entrar na roda”. A partir dessa dinâmica os alunos puderam experimentar situações de exclusão e analisar os sentimentos que afligem a pessoa discriminada. Durante essa atividade os alunos puderam se colocar no lugar do outro, no caso a vítima de discriminação racial e perceberam como a situação pode ser humilhante e constrangedora.



Figura 1 Dinâmica de Grupo



**Figura 2 Dinâmica de Grupo 1**

A segunda atividade foi a análise de alguns anúncios publicitários, dessa vez os alunos puderam perceber que os conceitos e valores que possuem sobre o que é *belo* são pré-fabricado e imposto por um modelo socioeconômico.



**Figura 3 Anúncio Publicitário**

Após os anúncios, foi realizada uma análise da autoestima dos alunos, através de um questionário estruturado. Pôde-se notar que as atividades iniciais tornaram os alunos mais críticos e sensíveis ao elaborarem suas respostas. Houve análise e reflexão de suas atitudes em diferentes situações cotidianas.

As atividades finais da oficina foram a análise e produção artística da música *Máscara* da cantora baiana Pitty. O trecho da música que mais chamou a atenção dos alunos refere-se à liberdade de cada um ser de um jeito diferente do outro, abolindo a necessidade do uso de máscaras que padronizam os aspectos físicos das pessoas.

O importante é ser você, mesmo que seja estranho  
Seja você mesmo que seja bizarro, bizarro, bizarro.  
Seja você mesmo que seja estranho, seja você  
( Trecho da música *Máscara*)

Os alunos confeccionaram máscaras e realizaram a exposição das mesmas na escola.



**Figura 4** Confeccionando máscaras



**Figura 5 Confeccionando máscaras 1**

A avaliação da oficina foi feita por meio da *Escada de Aprendizagens*. Cada aluno escreveu uma frase descrevendo seu aprendizado ao final das atividades propostas. As frases foram organizadas em um cartaz seguindo *degraus* de importância.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do reconhecido valor da cultura africana para a formação cultural do Brasil, o negro ainda continua vitimado pela discriminação racial que assume diferentes formas sociais que podem causar danos físicos e/ou morais. A imagem do negro em sua trajetória de escravidão encontra-se arraigada em valores distorcidos, de submissão e inferioridade, que infelizmente, ainda fazem parte da história atual do Brasil.

Mudar essa situação é dever de todos. As iniciativas do Estado através de ações afirmativas, vistas de forma clara na lei 10639/03, devem ser apoiadas por todos os segmentos sociais a fim de se consolidarem em ações eficazes e produtivas no combate ao racismo.

O continente africano possui diversas riquezas a serem conhecidas, potenciais artísticos e culturais a serem explorados. A inclusão da História Afro-Brasileira nos currículos escolares devem ser compreendida na forma como se apresenta na forma da lei. Não se trata de promover Projetos Anti-racismos ou conta a discriminação racial propriamente ditos. Estes devem ser os resultados dos estudos propostos sobre a cultura Africana e suas raízes no Brasil.

Essa ação afirmativa em forma de lei propõe o conhecimento das origens como forma de valorização humana e cultural do negro. Não se respeita aquilo que é desconhecido ou sobre o qual se possui um conceito equivocado, pré-estabelecido, pré-concebido. Essas são as principais causas da discriminação, a falta de conhecimento sobre o outro produz um efeito discriminatório.

Os sistemas escolares devem estar atentos a essa questão, mais ainda, necessitam realizar estudos sobre essa temática; aprofundar seus conhecimentos para, então, constituir uma base sólida para a construção do conhecimento de seus alunos. Os educadores devem estar atentos para os falsos valores ainda implícitos nos saberes escolares que possam ainda corroborar a discriminação racial.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Política exterior do Governo Lula: o desafio africano**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2002, vol.45, n.2, pp. 5-25. ISSN 0034-7329.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2005, n.29, pp. 164-176. ISSN 1413-2478.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. *Psicol. USP* [online]. 2006, vol.17, n.1, pp. 89-98. ISSN 0103-6564.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Tempo soc.* [online]. 2001, vol.13, n.2, pp. 121-142. ISSN 0103-2070

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)**. *História* [online]

## 7. ANEXOS

Anexo 1. Oficina realizada pelo GRIER

**Professora referência: Aurélia Rossi**

**2º OFICINA PESC - 2012**

**TEMA: Valorização da mulher e cultura Afro**

**PARCERIAS DE PROJETOS: GRE A E CULTURA AFRO-INDÍGENA**

**TURMAS: 9º1 e 9º2 – Total de alunos = 34**

**DATA: 26/03/2012**

**TURNOS: Manhã**

### **OBJETIVOS:**

- Valorização da cultura negra.
- Resgate da auto-estima.
- Identificar preconceitos e discriminações em situações do cotidiano.
- Desconstruir estereótipos e preconceitos.
- Aprender a dizer sim a si mesmo, antes de dizer sim ao outro.
- Fortalecimento do papel dos grupos principais.
- Encorajar atitudes positivas frente à diversidade.
- Refletir criticamente sobre as causas e conseqüências das discriminações.
- Questionar a transformação de diferenças em desigualdades.

### **DINÂMICA DE INTEGRAÇÃO/AQUECIMENTO**

- Entrar na roda – 15min
- Análise de anúncios publicitários – Vídeo: DOVE – 15min

### **DESENVOLVIMENTO**

- Trabalho com a música: Máscara (Pytt) – vídeo e leitura – 20min
- Confecção de máscaras – 35min

### **REFLEXÃO DIALÓGICA**

- Como vai sua auto-estima? – 20min

### **AVALIAÇÃO**

- Escada das aprendizagens – 20min

## Integração/Aquecimento

### ENTRAR NA RODA

#### OBJETIVOS

- Refletir sobre o sentimento de exclusão e inclusão nos grupos.

#### MATERIAIS

- Nenhum

#### DESCRIÇÃO

Peça aos/as participantes que formem um círculo, convide quatro pessoas a sair da sala e combine que cada uma, por sua vez, tentará passar para dentro do círculo a qualquer custo. Explique que cada voluntário/a terá 1 minuto para tentar. Retorne à sala e combine com o grupo que não deverá permitir a entrada das pessoas que saíram, exceto através de uma "porta", representada por uma pessoa escolhida secretamente pelo grupo.

#### COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

Esta atividade propicia a vivência simbólica da exclusão, trazendo à tona sentimentos, afetos, atitudes e comportamentos tanto de quem exclui (raiva, culpa, racionalização do poder discricionário, controle sobre o outro, insensibilidade e indiferença face às questões de dignidade humana) quanto de quem se sente vítima da exclusão (raiva, culpa, menos-valia, vergonha, humilhação, desejo de vingança e de resgate da dignidade). Explore os sentimentos experimentados pelos/as participantes, procurando provocar a transposição da situação vivida para o cotidiano. A técnica propicia, ainda, a percepção de nossa necessidade de inclusão, acolhimento e aceitação.

### Como vai sua auto-estima?

Pense em como você costuma se sentir ou se comportar e escreva registrando (S) ou (N) na segunda coluna.

1. Costumo agir pelo pensamento dos meus colegas \_\_\_\_\_
2. Sei como dizer o que sinto e penso, sem ofender ou agredir as pessoas \_\_\_\_\_
3. Gostaria de ser diferente do que sou: ser mais alto/a, mais gordo/a ou ter outra cor de pele, etc. \_\_\_\_\_
4. Reconheço o que sei fazer bem e dou valor ao que faço. \_\_\_\_\_
5. Sinto que minha vida seria melhor se eu tivesse nascido em outra família \_\_\_\_\_
6. Cumpro minha palavra e os compromissos que assumo. \_\_\_\_\_
7. Quando tenho de fazer alguma coisa importante e difícil, tem sempre dizendo que não vou dar conta. \_\_\_\_\_
8. Costumo agir de acordo com o que acredito, penso e falo. \_\_\_\_\_
9. Quando alguém mostra que não gosta de mim, sinto-me mal, inadequado \_\_\_\_\_
10. Nunca desisto antes de tentar com todo empenho. \_\_\_\_\_

### Questões:

- 1) O que mais te chamou atenção no vídeo?
- 2) Em sua opinião as pessoas usam "máscaras"? Por quê?
- 3) A frase: "O importante é ser você mesmo que seja estranho", o que significa para você?
- 4) A diversidade de seres humanos é grande. O que você observa de diversidade na sua geração?
- 5) Você sabe o que é preconceito? Você possui algum? Já sofreu algum tipo de preconceito?

Tira, a mascara que cobre o seu rosto  
Se mostre e eu descubro se eu gosto  
Do seu verdadeiro jeito de ser

Ninguém merece ser só mais um bonitinho  
Nem transparecer consciente inconsequente  
Sem se preocupar em ser, adulto ou criança

O importante é ser você, mesmo que seja, estranho  
Seja você, mesmo que seja bizarro bizarro bizarro  
Mesmo que seja, estranho, seja você, mesmo que seja

Meu cabelo não é igual  
A sua roupa não é igual  
Ao meu tamanho não é igual  
Ao seu caráter não é igual  
Não é igual, não é igual  
Não é igual

I had enough of it but I don't care  
I had enough of it but I don't care  
I had enough of it but I don't care  
I had enough of it but I don't care

E o importante é ser você, mesmo que seja, estranho  
Seja você, mesmo que seja bizarro bizarro bizarro  
Mesmo que seja, estranho  
Seja você, mesmo que seja bizarro bizarro bizarro  
Mesmo que seja estranho.

## ESCADA DAS APRENDIZAGENS

Entregue a cada participante meia folha de papel A4 e explique que a turma deverá montar uma coletânea de frases que contemplem seus aprendizados sobre o tema trabalhado (por exemplo, o respeito numa relação íntima). Depois que todos tiverem escrito uma ou mais frases, peça que cada pessoa leia sua frase para o grupo e afixe seu papel no *flip chart*, observando a seguinte classificação em sentido ascendente: 1º degrau – importante; 2º degrau – muito importante; 3º degrau – importantíssimo. Terminada a localização das frases, provoque o grupo a fazer uma avaliação geral do painel, a dar e pedir esclarecimentos sobre o sentidos das frases, a deslocar as frases de um degrau para outro na escada, etc.